

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	14
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	40
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	42
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	43
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	46
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	47
10.8 - Plano de Negócios	48
10.9 - Outros fatores com influência relevante	50

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Aplica-se à Companhia uma política específica de auditoria interna e gestão de riscos, aprovada pelo Superintendente da área de Auditoria e *Compliance* do Grupo Cosan, do qual faz parte a Companhia, em 04 de abril de 2014.

A política tem por objetivo descrever as atividades das Área de Auditoria Interna, Controle Interno e Gestão de Riscos do Grupo Cosan, do qual faz parte a Companhia, que por sua vez possui como objetivo garantir o bom funcionamento do ambiente de controles internos e melhorar o desempenho das linhas de negócio, por meio do mapeamento e avaliação de riscos, revisão de processos e controles, identificação de oportunidades de melhoria e *follow-up* sobre as ações acordadas com as áreas auditadas, apoiando o negócio e avaliando com total imparcialidade e objetividade.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Conforme já mencionado no item 4.1 deste Formulário de Referência, busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração da Companhia. Os principais riscos são destacados abaixo:

- **Estratégicos:** São aqueles que podem impactar os objetivos de longo prazo e estratégias de negócios, relacionadas ao processo de criação de valor aos acionistas, colaboradores e comunidade. Envolvem também os riscos relacionados à imagem e ao ambiente de controle (ex.: cumprimento e observância do Código de Ética, funcionamento de comitês da Companhia, sistemas de tecnologia da informação, etc.).
- **Financeiros/Operacionais:** Relacionados à utilização efetiva dos recursos disponíveis, objetivando o lucro e a proteção dos ativos contra perdas por erros ou atitudes intencionais (fraude). Nessa categoria incluem-se os riscos financeiros, tais como os relacionados às exposições cambiais, operações de hedge, restrições impostas em contratos financeiros, financiamentos em geral, emissão de títulos de dívida ou ações, contratação de seguros, taxas de juros e flutuações de preços (ex.: falta de processos adequados de aprovação, falta de reconciliação de transações, operações em moeda estrangeira, preços de *commodities*, redução de margem de contribuição, acessos indevidos a transações de sistemas, etc.).
- **Compliance/Reporte:** Todas as atividades da Companhia e/ou de suas controladas e subsidiárias estão sujeitas às leis e regulamentos. O risco de *compliance* é aquele que, se concretizado, pode resultar em autuação fiscal, trabalhista, ambiental, financeira, criminal, entre outras. Abrange o atendimento à Lei Sarbanes Oxley (SOX), Lei Anticorrupção (FCPA) e UK Bribery Act, às quais a Companhia se sujeita. Abrange também os riscos que podem impactar as demonstrações financeiras da empresa, sejam elas destinadas ao processo de tomada de decisão ou destinadas ao mercado, em todas as suas variações.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais, como Controle Interno, SSMA (Saúde Segurança e Meio Ambiente), Gestão de Crises e Gestão de Riscos e as utiliza como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave da Companhia, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação destes riscos.

A atuação em conjunto, das áreas mencionadas acima, permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

Para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria responsável pelo processo em que o risco foi identificado avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que podem ser:

- **Evitar:** Quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.
- **Reduzir:** Quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso, etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- **Compartilhar:** Quando o risco é dividido com uma contraparte externa à Companhia. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.
- **Aceitar:** Quando o impacto *versus* probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

O entendimento dos riscos e adoção de ações como resposta é de responsabilidade de todos os gestores da Companhia e de suas controladas.

Todos os riscos mapeados e suas tratativas são levados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria, o qual é composto tanto por membros da Companhia como por membros independentes. Diante da diversidade do ambiente onde a Companhia gera seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que estamos expostos.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, o Conselho Fiscal e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de acordo com as suas funções, conforme descrito no item 12 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Têm destaque as seguintes funções exercidas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme o Estatuto Social da Companhia: (i) eleger, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor, bem como dos comitês especializados para auxílio do Conselho de Administração; (ii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês eventualmente instalados, bem como fixar o orçamento, anual ou por projeto, destinado a cobrir as despesas para os seus respectivos funcionamentos, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; e (iii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento de todos os comitês eventualmente instalados na Companhia, inclusive o Comitê de Auditoria.

Ao Conselho Fiscal, por sua vez, nos termos do artigo 163 da Lei 6.404/1976, compete: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificações do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem, por mais de um mês, essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar; e (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Há, ainda, os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, que a estes estão subordinados e que fazem o acompanhamento de negócios e condutas da Companhia, inclusive no que se refere ao gerenciamento de riscos a que ela está sujeita. São esses o Comitê de Auditoria, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Divulgação e Negociação.

No âmbito do gerenciamento de riscos da Companhia, destaque-se a atuação do Comitê de Auditoria, cujas funções são descritas a seguir: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação. O Comitê de Auditoria da Companhia possui regimento interno próprio.

Adicionalmente, as áreas de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* da Companhia, subordinadas ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, têm a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (iii) realizar *follow up* de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (iv) identificar savings e redução de custos; (v) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (vi) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (vii) disseminar a cultura de controles internos; (viii) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (ix) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC; (x) mapear os riscos inerentes ao negócio; (xi) auxiliar na implantação de planos de ação; e (xii) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria da Companhia desempenha a função de verificar a adequação da estrutura operacional e dos controles internos de forma a garantir a efetividade da política de gerenciamento de risco. Destaque-se, nesse sentido, que o Comitê de Auditoria e a Companhia entendem que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia. O Conselho de Administração aprovou em 03 de novembro de 2016, a política de gerenciamento de riscos, a fim de acompanhar o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A administração, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

A área de Auditoria e *Compliance*, entre outras funções, efetua as ações abaixo para certificar a adequação das práticas e processos internos relacionados à Lei Anticorrupção e Política Corporativa Anticorrupção do Grupo Cosan:

- Trabalhos de auditoria interna
- E-learnings e treinamentos
- Pesquisa de background de parceiros/fornecedores
- Cláusulas contratuais anticorrupção
- Cláusulas anticorrupção nas novas procurações outorgadas
- Controles internos SOX
- Certificações da Política Anticorrupção para funções chave

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

A avaliação do risco de mercado da carteira de investimentos, derivativos, passivos financeiros ou de qualquer outro item sujeito a marcação a mercado, deverá ser feita frequentemente, visando minimizar a eventual perda patrimonial decorrente da volatilidade no mercado.

O critério preponderante na análise de quaisquer ativos que irão compor as carteiras de investimentos deverá ser a relação Risco e Retorno, aí computados eventuais riscos de crédito e de mercado que o ativo possa apresentar.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As operações derivativas (*hedge*) deverão ser contratadas exclusivamente para garantir os resultados econômico-financeiros planejados no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, particularmente no que tange a possíveis impactos no fluxo de caixa e no resultado da Companhia.

Visando a melhor estrutura de custos financeiros possível, oriundos das exposições aos riscos financeiros citados acima, a companhia se reserva no direito da não obrigatoriedade da contração de operações de derivativos.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes principais riscos de mercado:

- Possíveis perdas relacionadas à variação ou descasamento das taxas de juros (fixas ou flutuantes, nacionais ou internacionais, futuras ou spot, de curto ou longo prazo);
- Exposição cambial; que ocorrer na moeda local, quando houver negociação cujo valor está expresso em moeda diferente daquela que é moeda funcional da Companhia (Reais) ou quando houver negociação cujo valor, apesar de expresso em Reais, está altamente correlacionado com as variações de outras moedas, diferente daquela que é moeda funcional da Companhia;
- Inflação, tendo em vista a contratação de atividades por meio de contratos com correção monetária atrelada à variação de índices de preços; e
- Exposições legais que a companhia pode incorrer devido a formalizações contratuais das operações financeiras.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A administração dos riscos associados às operações financeiras é feita mediante a aplicação da Política de Gestão de Riscos Financeiros e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Esse conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser identificadas como as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser executadas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

Para tal a Companhia conta com:

- Realização de testes de aderência

Consiste em verificar se os resultados do fluxo de caixa real e projetado são razoavelmente aderentes, objetivando assim, dentro de um padrão mínimo aceitável, validar o cenário elaborado para necessidade/sobra de caixa;

- Planos de Contingência de Liquidez

A ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a falta de recursos.

- Liquidez dos investimentos

Investimentos distribuídos de modo que: (a) de 50% a 100% do volume financeiro tenha liquidez entre 1 e 3 meses; (b) 0% e 50% do volume financeiro tenha liquidez entre 3 e 9 meses; e (c) entre 0% e 25% do volume financeiro com liquidez acima de 9 meses.

- Investimentos Financeiros

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

No Brasil: respeitar os instrumentos estabelecidos abaixo:

- Títulos Soberanos de natureza pré e pós fixadas; tais como LFT, NTN's e LTN
- Títulos Privados de natureza pré e pós fixadas dentre eles:
 - ✓ *Certificado de Depósitos Bancários;*
 - ✓ *Operações compromissadas;*
 - ✓ *DPGE (Depósito a prazo com garantia especial do FGC), emitido por instituição financeiras;*
 - ✓ *Letras Financeiras e*
 - ✓ *CDB Resolução 2921, como lastro para operações passivas da Companhia, como exemplo Fianças Bancárias.*

No exterior: respeitar os instrumentos estabelecidos abaixo:

- *Time Deposits*; emitidos por instituições financeiras;
- Títulos Públicos; tais como Treasury Bills, Treasury Notes e Treasury Bonds; e
- Operações compromissadas com títulos públicos (Repurchase Agreement – Repo).
- **Cláusulas Contratuais**

Determinadas cláusulas, usuais em operações financeiras, são pré-determinadas e exceções devem ser aprovadas pelo Comitê de Gestão Financeira. São elas:

- Vencimento antecipado, incluindo vencimento cruzado (*Cross Acceleration ou Cross Default*);
- *Covenants* financeiros e não financeiros;
- Ranking de obrigações (*pari passu/most favoured nation*);
- Efeito material adverso (*Material Adverse Change*); e
- Declarações e garantias (*Representations and Warranties Comfort Letters ou Letters of Awareness*).

(iii) os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (*hedge*)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são os seguintes:

- **Swaps de taxas de juros**

Utilização de swaps baseados em PréxDI; TJLPxDI; IGPMxDI; DIxPré, etc.

- **Swaps de moedas**

Utilização de swaps de moedas, como por exemplo: Dólar x Reais, Euro x Dólar etc. Ademais a utilização de Non-deliverable Forwards / FRA (Forward Rate Agreement): Ex: Dólar x Reais / Libor floating x taxa fixa.

Em relação aos swaps cambiais contratados pela Companhia, estes transformam na prática o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos swaps são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Em relação aos swaps de taxas de juros, estes transformam um passivo em taxa pré-fixada em um passivo indexado ao CDI. Os swaps são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação. São considerados swaps sem caixa. Os valores e demais características dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 são apresentados de forma resumida a seguir.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercadorias

Descrição	Contraparte	Moeda	Ativo	Passivo	Vencimento Final	
Debentures - Debêntures - 8 ^a	Santander	BRL	10,10% a.a.	109,85% do CDI	Outubro de 2020	
Emissão M Locomotivas Capital NCE- Internalização Bond	GE Fibra Morgan Stanley	USD	6,33% a.a.	135% do CDI	Dezembro 2021	
NCE- Internalização Bond	Morgan Stanley	USD	7,375% a.a.	147,39% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Morgan Stanley	USD	7,375% a.a.	145,83% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Morgan Stanley	USD	7,375% a.a.	146,68% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	141,24% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	142% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	144,90% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	145,45% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	145,95% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	145,73% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	145,10% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	145,50% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Santander	USD	7,375% a.a.	146,38% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Bradesco	USD	7,375% a.a.	146,53% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Bradesco	USD	7,375% a.a.	141,08% do CDI	Fevereiro 2024	
NCE- Internalização Bond	Bradesco	USD	7,375% a.a.	143,03% do CDI	Fevereiro 2024	

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

As seguintes diretrizes devem ser observadas na mensuração e identificação dos riscos e dos limites para contratação de operações de hedge:

- Deve ser levado em consideração a tributação incidente sobre os instrumentos utilizados;
- Prazo compatível idealmente com os eventos geradores das respectivas operações;
- Antes de contratar uma operação de derivativo a Companhia deve buscar balancear ativos e passivos ou fluxos futuros a pagar e receber com o intuito de mitigar um determinado fator de risco "hedge natural" com operações oriundas através do curso normal da Companhia.
- Ter como ativo objeto o mesmo fator de risco a ser protegido e
- Prioritariamente, ser tratado como hedge *accounting* de acordo com as normas contábeis em vigor.

Visando a melhor estrutura de custos financeiros possível, oriundos das exposições aos riscos financeiros citados acima, a companhia se reserva no direito da não obrigatoriedade da contração de operações de derivativos.

Risco de Taxas de Juros

A Companhia monitora as flutuações dessas taxas de juros mensalmente e pode, se julgar adequado, operar com derivativos com objetivo de minimizar riscos. Cumpre ressaltar que a Companhia não possui limites de exposição que sejam permitidos de acordo com as suas políticas internas.

Risco de Taxas de Câmbio

Toda a receita operacional líquida da Companhia encontra-se denominada em reais. A maioria dos custos é denominada em reais, e quando expostos, a exposição ao dólar varia de um a dois dias, logo sendo mitigado. Em 30 de dezembro de 2017, 21% da dívida da Companhia está denominada em dólar norte americano, exposta ao risco das flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Atualmente, a Companhia possui operações com derivativos para todas as operações de empréstimos em dólar norte americano.

(v) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial. A maioria da receita operacional líquida da Companhia encontra-se denominada em reais.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração estabelece limites de exposição e índices de cobertura em uma base periódica, de modo a otimizar o controle operacional e financeiro.

A equipe de auditoria interna, riscos e compliance possui em seu plano de trabalho escopo para revisão dos controles internos relacionados às operações de instrumentos financeiros. A área de auditoria interna, riscos e *compliance* está subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, tendo as seguintes competências:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc

- (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes;
- (b) criar e executar um Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos e adequação às Leis e Políticas Internas;
- (c) realizar acompanhamento de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna;
- (d) identificar *savings* e redução de custos;
- (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e *US Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA);
- (f) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos;
- (g) disseminar a cultura de Controles Internos;
- (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos e (i) controlar e aprovar perfis de acesso SAP-GRC.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada em vista das melhores práticas de mercado e *benchmarking* realizados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia conta com uma estrutura corporativa de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*, bem como uma área de Controles Internos dedicada ao negócio que, dentre outras responsabilidades, é responsável pelo estabelecimento, manutenção e avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

Em seu escopo funcional, as áreas supracitadas tem como principais atividades: (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (g) disseminar a cultura de controles internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação; e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade da Vice Presidência Financeira da Companhia, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*.

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros, conforme definido pela regra 13a15(f) sob a Lei de Valores Mobiliários de 1934, o "Securities Act of 1934". Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração realizou avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles, utilizando critérios do *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO")* – 2013.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Em sua avaliação, a administração concluiu que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios do "COSO" framework de 2013.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria responsável por assessorar a administração sobre a seleção dos auditores independentes, revisar o escopo de auditoria, validar outros serviços permitidos prestados por nossos auditores independentes e avaliar nossos controles internos de forma constante.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia, na data de divulgação deste Formulário de Referência, são os Srs. Maílson Ferreira da Nóbrega, João Ricardo Ducatti e Felício Mascarenhas de Andrade. Esses membros são independentes e o Conselho de Administração da Companhia determinou que Maílson Ferreira da Nóbrega é o "perito financeiro do Comitê de Auditoria" de acordo com as normas e regulamentos internacionais.

b. as estruturas organizacionais envolvidas:

A Vice Presidência Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras e que se reporta diretamente para a Presidência da Companhia – conta com o suporte da Gerência de Contabilidade (CSC) para elaboração das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

Para gerenciamento dos controles internos de forma independente, a Companhia conta com uma estrutura corporativa de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*, bem como uma área de Controles Internos dedicada ao negócio que está subordinada ao Comitê de Auditoria, tendo a responsabilidade de: (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (g) disseminar a cultura de controles internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação; e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

O Comitê de Auditoria, por sua vez, tem a função de (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação.

O Conselho de Administração deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício, além de elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício.

O Conselho Fiscal deve analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, bem como examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria da Companhia submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente da Companhia, aos Diretores e aos Gerentes envolvidos.

Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela área de Riscos, Auditoria Interna e Controles Internos. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas recomendadas pelo *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO") – 2013.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Nossos auditores externos independentes não identificaram, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras, deficiências materiais e significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o seu parecer sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As avaliações conduzidas pela área de Auditoria Interna também não identificaram deficiências materiais e significativas sobre os controles internos da Companhia no período supracitado.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

Conforme mencionado na seção anterior, não foi identificado tanto pelos auditores externos independentes quanto pela Auditoria interna deficiências materiais e significativas sobre os controles internos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. **regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

(i) **Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia busca adotar os melhores procedimentos e práticas, de forma a obedecer à legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às regras impostas no Código de Conduta e nas políticas do Grupo Cosan, do qual a Companhia faz parte, relacionadas à prevenção, detecção, e mitigação de desvios, fraudes, irregularidades e ilícitos, especialmente contra a Administração Pública.

Os documentos corporativos que reúnem as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema são: (i) o Código de Conduta; (ii) a Política Anticorrupção; e (iii) a Política de Relacionamento com Órgãos Públicos, aplicáveis às sociedades integrantes do Grupo Cosan, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.rumolog.com/ptb/estatutos-politicas-e-codigo-de-etica>), e com as seguintes características e objetivos:

- **Código de Conduta:** O Código de Conduta do Grupo Cosan foi estendido para a Companhia em 2015, tendo sido atualizado em 01 de novembro de 2017 e aprovado pelo Diretor Presidente da Cosan S.A. ("Cosan"). O Código é aplicável a todos os empregados da Companhia, inclusive clientes, prestadores de serviços e fornecedores, regulando os princípios e as práticas éticas que regem o relacionamento interno e externo da Companhia, e norteando a atuação dos seus funcionários. O Código de Conduta traça os princípios, procedimentos e boas práticas a serem observadas, por exemplo, com relação à mitigação de conflito de interesses, comutatividade das transações entre partes relacionadas, contratação de parentes, relacionamento com órgãos públicos, observância à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), leis antitruste, e leis de combate ao trabalho escravo.
- **Política Anticorrupção:** A Política Anticorrupção foi criada em 01 de agosto de 2015, tendo sido aprovada pelo Vice Presidente Jurídico, Vice Presidente Financeiro e pelo Superintendente de Auditoria e Compliance da Cosan. A Política é aplicável a todos os empregados da Companhia, inclusive clientes, prestadores de serviços e fornecedores, tendo por objetivo conscientizar todos os funcionários acerca das normas constantes da Lei Anticorrupção, bem como definir as diretrizes a serem praticadas pelos empregados, em conformidade com a referida lei e com a FCPA (Foreign Corrupt Practices Act, UK Bribery Act).
- **Política de Relacionamento com Órgãos Públicos:** A Política de Relacionamento com Órgãos Públicos foi criada em 05 de maio de 2014, tendo sido aprovada pelo Vice-Presidente Jurídico, Vice-Presidente Financeiro e pelo Superintendente de Auditoria e Compliance da Cosan. A Política é aplicável a todos os empregados da Companhia e tem por objetivo estabelecer as diretrizes para relacionamento com órgãos Públicos, de forma a evitar qualquer infração ética pelos empregados da Companhia.

Não há um procedimento formal ou periodicidade pré-definida para a revisão dos procedimentos da Companhia ou do Código de Conduta e das Políticas em si. Não obstante, as Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas ou complementação das já existentes.

Os riscos de integridade são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

A Companhia mantém uma estrutura corporativa de compliance aplicável às sociedades integrantes do Grupo Cosan, aprovada no dia 09 de novembro de 2017, pelos membros do Comitê de Auditoria da Cosan Limited e pelos membros do Comitê de Auditoria da Cosan.

A estrutura é composta por Comitês (Comitês de Éticas, Comitê de Compliance e Comitê de Auditoria) com um sistema de *report* sequenciado, que tem como objetivo dar maior visibilidade aos Conselhos de Administração das companhias do Grupo, acerca dos relatos de alta criticidade, que versem sobre supostas infrações éticas e ou atos de corrupção, fraudes e desvios. Nessa diretriz, foi também definido que o Comitê de Ética passa a tratar exclusivamente de relatos sobre ética, com obrigatoriedade de *report* dos relatos ao Comitê de Compliance.

- O Comitê de Ética tem como função (i) receber e deliberar sobre incidentes referentes a questões de ética (conduta, fraudes/desvios financeiro/operacionais); (ii) Deliberar acerca da apuração de denúncias e a realização de investigação interna e (iii) reportar ao Comitê de Compliance a consolidação das denúncias e incidente de alta criticidade (éticos) recebidas no período.
- O Comitê de Compliance tem como atribuição (i) Aprovar: revisões do Código Conduta, políticas de Compliance e diretrizes do "Programa de Integridade" (ii) Deliberar sobre a solução das denúncias atos de corrupção (integridade); (iii) Receber os reports das denúncias de alta criticidade dos Comitês de Ética, podendo recomendar medidas adicionais; (iv) Reportar ao Comitê de Auditoria a consolidação das denúncias (éticas ou integridade) recebidas no período; e (v) Assegurar a uniformidade dos procedimentos e premissas adotadas dos Comitês de Ética
- O Comitê de Auditoria é o órgão de auxílio diretamente vinculado e subordinado ao Conselho de Administração da Companhia, de funcionamento permanente, com a composição e as competências fixadas em regimento interno. O Comitê é responsável, principalmente (i) pelo assessoramento ao Conselho de Administração em relação aos processos de controles internos, administração de riscos e Compliance; (ii) pela supervisão das atividades da auditoria interna; e (iii) pela supervisão das atividades da Companhia.

Para auxiliar os reportes, a Companhia utiliza áreas do Grupo Cosan, quais sejam (i) áreas de Controles Internos Corporativos, (i) Auditoria Interna Corporativa e (iii) o Compliance Corporativo, que têm as funções abaixo definidas:

Controles Internos (Corporativo):

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;
- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança.

Auditoria Interna (Corporativo):

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias;
- Reportar ao Comitê de Auditoria os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

Compliance Corporativo:

- Aprovar as diretrizes e ações do Programa Anticorrupção do Grupo Cosan;
- Cuidar de todas as questões relativas a problemas de Compliance relacionados ao programa anticorrupção.

(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta do Grupo Cosan, que reúne os valores empresariais, práticas, procedimentos, princípios-chave e normas de conduta relacionadas a decisões éticas, é aplicável a conselheiros, diretores, funcionários (próprios, terceirizados, estagiários ou temporários, independentemente de cargo ou posição), clientes, fornecedores, acionistas e parceiros do Grupo Cosan. Dessa forma, todos os empregados e colaboradores das sociedades integrantes do Grupo Cosan, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O Grupo Cosan não tem um cronograma periódico de treinamento a respeito do seu Código de Conduta, para os Diretores, Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração e empregados das sociedades do grupo, mas mantém equipe competente e disponível para esclarecimentos de quaisquer dúvidas e questões a ele relacionadas que venham a surgir.

Ressalta-se, ainda, que o Grupo Cosan possui um programa de anticorrupção, iniciado em setembro de 2017, que tem como objetivo estruturar o programa de compliance da Companhia, sendo que até então diversas ações têm sido implementadas para sua estruturação e consolidação, incluindo treinamentos que deverão ser realizados entre a Alta Administração e empregados e, disponibilização de informativos internos para sua divulgação. A maior parte dos treinamentos na Rumo foi concentrada em 2017, no lançamento do programa, focada primordialmente em públicos específicos de gestores e líderes.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Ética ou das Políticas poderá sujeitar o infrator à aplicação de sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada pelo empregado. As sanções estão previstas na Política de Medidas Disciplinares, incluindo, dentre outras (i) advertência verbal ou escrita; (ii) suspensão de 01 ou 03 dias (a depender da gravidade) e (iii) desligamento. Cabe ao gestor da área (no mínimo com posição de reporte à Diretoria) validar a análise realizada pelo superior imediato do funcionário e a equivalência da falta realizada. Todas as comunicações referentes às medidas disciplinares devem ser encaminhadas ao Departamento de RH e se necessário o jurídico é acionado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso da Companhia divulgar o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado inicialmente pelo Diretor Presidente da Cosan em 2013, tendo sido estendido para a Companhia em 2015. A versão atualizada do Código de Conduta foi aprovada pelo Diretor Presidente da Cosan em 01 de novembro de 2017. O Código de Conduta é entregue aos empregados no momento da contratação, na integração e está disponível integralmente para consulta de todos na intranet, no site da Companhia (<http://ri.rumolog.com/ptb/estatutos-politicas-e-codigo-de-etica>) e no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética, como é denominado no Grupo Cosan, é gerenciado por um terceiro contratado com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável. O Canal de Ética é utilizado para denúncias, relatos e comunicações de questões relacionadas aos assuntos mencionados nas Políticas e Código de Conduta.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por funcionários quanto por terceiros, tendo suas formas de acesso previstas no item 2.4 do Código de Conduta, documento disponibilizado a empregados e terceiros. Além disso, o Canal de Ética é amplamente divulgado na intranet.

O acesso pode ser realizado por *call center* (0800 725 0039) ou por meio de site disponibilizado exclusivamente para esse fim (<http://www.canaldeetica.com.br/cosan>).

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Exceto se por força de lei ou solicitação judicial, a Companhia garante, aos denunciantes de boa-fé, o sigilo das informações e/ou denúncias. A empresa contratada para recebimento das denúncias, utiliza sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia.

Conforme expressamente instituído em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O órgão responsável pela apuração e investigação de denúncias é o Comitê de Ética, com o suporte da Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

c. informar se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em processos de fusão, aquisição e reestruturação societárias a Companhia sempre atua de forma a resguardar seus melhores interesses, sendo que os procedimentos de *due diligence* são o principal mecanismo utilizado para identificar potenciais vulnerabilidades e riscos.

Através deste mecanismo a Companhia tem uma visão global ou pontual, a depender do seu escopo, especialmente sob os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, trabalhistas, dentre outros, razão pela qual é um mecanismo de prevenção essencial nos processos de cisões, fusões e incorporações e também para segurança em investimentos.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, como descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos ou práticas voltada para preservação, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 – Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos por ela adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – “IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Consolidado (em R\$ mil)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	3.372.467	2.592.546	2.476.105
Lucro bruto	1.404.600	637.612	594.124
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	496.554	110.261	169.097
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	1.233.123	424.932	573.700
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (1)	1.838.680	672.535	277.256
Endividamento abrangente bruto, líquido de derivativo	7.997.337	6.238.132	4.095.342
Dívida líquida abrangente (2)	6.158.657	5.565.597	3.818.086
Patrimônio líquido	3.227.655	2.986.615	2.038.761
 Rentabilidade			
Lucro (prejuízo) líquido / Patrimônio líquido	15,4%	3,7%	8,3%
Liquidez corrente (3)	1,53	2,25	0,94

(1) Inclui o valor de caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 95,1 milhões em 2017 e R\$ 87,6 milhões em 2016.

(2) Dívida líquida abrangente consiste da subtração dos saldos de caixa e equivalentes caixa e títulos de valor mobiliário (1) do valor do endividamento abrangente bruto, líquido de derivativo.

(3) Liquidez corrente é calculada pela divisão do ativo circulante total pelo passivo circulante total.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3,4 bilhões, crescimento de 30,1% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O volume total transportado, de 31,8 bilhões de toneladas por quilômetro útil (“TKU”), foi 37,8% superior a 2016. O aumento da capacidade de transporte gerou ganhos de produtividade e aliado ao excelente desempenho da safra de grãos permitiu que a Rumo atingisse recordes operacionais durante o ano. O lucro operacional foi de R\$ 1,4 bilhões, representando um crescimento de 120,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A dívida líquida abrangente somou R\$ 6,2 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que comparado ao valor de R\$ 5,6 bilhões de 2016, representa um crescimento de 10,6%, em virtude do aumento do endividamento abrangente bruto, compensado parcialmente pelo maior saldo de caixa, advindo de recursos de financiamento e geração de caixa da operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida atingiu R\$ 2,6 bilhões, crescimento de 4,7% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O volume total transportado foi inferior a 2016, impactado pela redução na demanda por transporte de grãos, devido às quebras de safra de grãos em 2016 e acentuada pelo melhor

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

momento apresentado nas exportações brasileiras de grãos em 2015, causando forte base de comparação. A queda de volume foi compensada pelo aumento da tarifa média de transporte cobrada no ano de 2016 - que apresentou um crescimento, somado às cobranças de *take or pay*, resultando em crescimento da receita líquida operacional mencionado anteriormente. O lucro operacional foi de R\$ 637,6 milhões, crescimento de 7,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A dívida líquida abrangente somou R\$ 5,5 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparado com R\$ 3,8 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, aumento de 52,3%, em virtude do aumento do saldo de endividamento abrangente bruto, decorrente da 9ª emissão de debêntures na Malha Norte, no 2T16.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era composta de 29,0% de capital próprio e 71,0% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Estrutura de capital

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Capital de terceiros (total de endividamento abrangente bruto (3))	71,0%	67,6%	66,7%
Capital próprio (patrimônio líquido total do exercício)	29,0%	32,4%	33,3%

Em milhões de R\$

Patrimônio líquido total do exercício

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Endividamento abrangente bruto (1)	7.889,9	6.225,8	4.075,1
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (2)	1.838,7	672,5	277,3
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	107,4	12,3	20,3
Dívida líquida abrangente (3)	6.158,7	5.565,6	3.818,1
Dívida líquida abrangente/PL (4)	190,8%	186,4%	187,3%

(1) Composto por (i) empréstimos e financiamentos e debêntures, (ii) arrendamento mercantil e (iii) certificado recebíveis imobiliários – CRI.

(2) Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 95,1 em 2017, R\$ 87,6 milhões em 2016 e R\$ 77,3 milhões em 2015.

(3) Também chamada de dívida financeira líquida, é composto por endividamento abrangente bruto (1), líquido de (i) instrumentos financeiros derivativos, líquidos, (ii) caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários, e (iii) caixa restrito de empréstimos e financiamentos.

(4) Composto pela divisão da dívida líquida abrangente (3) pelo valor do patrimônio líquido total do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio Líquido era de R\$ 3,2 bilhões, aumento de 8% em relação a 31 de dezembro de 2016, decorrente do resultado apurado no exercício de 2017, líquido das distribuições de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido era de R\$ 2,9 bilhões, aumento de 46,4% em relação a 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente do aumento de capital realizado, no total de R\$ 892,7 milhões, e do resultado do exercício, lucro de R\$ 110 milhões.

O capital de terceiros da Companhia, representado pelo endividamento abrangente bruto, inclui o saldo das contas de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e certificado recebíveis imobiliários – CRI. Estes recursos são utilizados principalmente para expansão das operações de logística integrada.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentava um endividamento abrangente bruto no valor de R\$ 7,9 bilhões, um aumento de R\$ 1,7 bilhões em relação ao exercício anterior, evolução decorrente da captação de novos recursos via Nota de Crédito à Exportação (“NCEs”) (R\$ 2,6 bilhões), líquido das liquidações no exercício (destaque para a liquidação antecipada de debêntures na ordem de R\$ 1 bilhão) e a apropriação de encargos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava um endividamento abrangente bruto no valor de R\$ 6,2 bilhões, impactado pelo reperfilamento das dívidas realizado no decorrer do 2T16 – que tornou as dívidas, em sua maioria, de longo prazo, apresentando um aumento de R\$ 2,2 bilhões na linha de empréstimos de longo prazo – e possibilitou novas captações, impactando em uma queda de R\$ 134 milhões nas dívidas de curto prazo entre 2016 e 2015. Adicionalmente a isto, também houve a queda do saldo de arrendamento mercantil em R\$ 22,3 milhões, pelo pagamento das parcelas dos contratos vigentes.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentava um endividamento abrangente bruto no valor de R\$ 4,1 bilhões.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, suas disponibilidades e a expectativa de geração de fluxo de caixa, a administração entende que a Companhia terá capacidade de cumprir com todos os seus compromissos financeiros assumidos no curto prazo, embora não possa garantir que tal situação será mantida nos anos subsequentes. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a administração entende que a Companhia, e o grupo ao qual pertence, tem capacidade para contratá-los, como por exemplo o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de Senior Notes.

A seguir é apresentado um demonstrativo da dívida líquida e do capital circulante líquido da Companhia, nas datas indicadas:

R\$ milhões		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Vencimentos	Endividamento bruto, líquido de derivativo (2017) (1)	Caixa Bruto (2017)	Dívida Líquida Abrangente	Dívida Líquida Abrangente
Curto Prazo (até 1 ano)	-994,6	1.838,7	844,1	-267,6
Longo Prazo	-7.002,8		-7.002,8	-5.298,0
Total Dívida Líquida Consolidada			-6.158,7	-5.565,6
				-3.818,1
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa e TVM (1)		675,6	2.388,0	1.111,0
Passivo circulante, exceto endividamento bruto, líquido de derivativos (1)		-587,6	-420,4	-384,0
Capital circulante líquido (“Capital de Giro”)		88,0	1.967,5	727,0

(1) Excluídos do cálculo de capital de giro e considerados na posição de dívida líquida

A Companhia possui uma situação favorável para o cumprimento dos seus compromissos financeiros, considerando que seu capital circulante líquido apresentava posição positiva nos três últimos anos, de R\$ 88 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$ 1.967,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 727 milhões em 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

O saldo total das dívidas bancárias em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 6,9 bilhões, crescimento de 71% quando comparado ao saldo de R\$ 4,9 bilhões apresentado em 31 de dezembro de 2016, decorrente da 10ª emissão de debêntures e NCEs. A Companhia utiliza regularmente diversas fontes de financiamento para desenvolvimento de suas atividades, dentre elas fontes de mercado, bem como as linhas de crédito do BNDES (FINAME e FINEM) no financiamento de ativos não circulantes.

Recentemente, a Companhia finalizou algumas medidas que a permitiram reequilibrar sua estrutura de endividamento, visando o pleno atendimento do seu plano de negócios e sua continuidade operacional. Para mais informações, veja o item (b) acima.

Para maiores informações acerca dos contratos financeiros e do endividamento, vide item (f).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores acreditam que a Companhia, e o grupo ao qual pertence, tem acesso às mais diversificadas fontes de financiamento, tais como mercado de capitais local e internacional, bancos comerciais e de investimento e agências de fomento, ampliadas a partir da implementação das medidas mencionadas no item (b) acima.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R\$ 6,9 bilhões, dos quais R\$ 680 milhões eram representados por dívida de curto prazo.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2017:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contrato	Taxa de Juros	Valor do Principal (em R\$ milhares)	Vencimento
Empréstimos e financiamentos			
Finem (BNDES)	URTJLP	848.653	2029
Finame (BNDES)	Pré-fixado	99.255	2025
NCE	112% do CDI	59.858	2018
	125,00% do CDI	644.766	2023
	CDI + 3,50%	294.968	2018
	Dólar (US)	2.594.751	2024
Bancos comerciais	Pré-fixado (US\$)	13.232	2019
	CDI + 4,91% a.a	98.078	2019
		4.653.561	
Debêntures			
Debêntures não conversíveis	108 % do CDI	57.172	2018
	CDI Pré-fixado	163.750	2020
	128,00% do CDI	499.576	2025
	CDI + 3,50%	1.359.125	2023
Debêntures privadas - Rumo Malha Oeste	CDI + 1,70%	186.526	2020
		2.266.149	
Total		6.919.710	

Apresentamos a seguir descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2017:

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas Companhia destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Rumo S.A, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- FINEM – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Nota de Crédito à Exportação – NCE

As NCEs são lastreadas na comprovação de transporte de mercadorias destinadas à exportação, sendo uma contratação junto ao Banco Votorantim e junto ao Banco do Brasil no montante total de R\$ 3.594,3 milhões, indexadas ao CDI e com prazo de vencimento final em 2024. A parcela atrelada ao dólar está protegida por Swaps de câmbio e juros (derivativos que trocam variação cambial da moeda estrangeira (USD) mais juros, por moeda local (BRL) mais percentuais do CDI), gerando um custo de 144,8% do CDI.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures

Em 5 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a 10ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos milhões) com vencimento em 5 de dezembro de 2025. As debêntures contam com garantia fidejussórias prestadas pela sua controladora Rumo S.A. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 499,6 milhões, considerando o valor principal mais juros apropriados até a data.

Em 21 de junho de 2016, a Companhia efetuou a 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, no montante de R\$ 2.433.269,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e sessenta e nove reais) com vencimento em junho de 2023 (reperfilamento). As debêntures contam com garantias fidejussórias prestadas pela sua controladora Rumo S.A.. Os recursos captados foram utilizados no processo de reperfilamento de parte das dívidas da Companhia, vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.347,3 milhões, considerando o valor principal mais juros apropriados até a data.

Além disso, as escrituras das debêntures acima descritas preveem determinadas hipóteses de vencimento antecipado, que incluem, por exemplo:

- (a) transferência do controle acionário, direto ou indireto, da emissora e/ou da garantidora, sem que tenham sido constituídas garantias adicionais às debêntures de forma satisfatória aos debenturistas;
- (b) cisão, fusão ou incorporação da emissora e/ou da garantidora ou qualquer subsidiária ou qualquer foram de reorganização societária envolvendo emissora e/ou garantidora sem a prévia autorização dos debenturistas;
- (c) venda ou transferência de ativos relevantes da emissora e/ou da garantidora;
- (d) constituição de qualquer nova dívida que tenha preferência às debêntures em eventual concurso de credores, exceto se as garantias forem compartilhadas com os debenturistas ou se tratar de eventual contrato de financiamento com o BNDES ou outra agência de fomento;
- (e) vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira, de valor igual ou superior a R\$ 50 milhões;
- (f) descumprimento de sentença judicial transitada em julgado, que envolva valor unitário ou agregado superior a R\$ 50 milhões;
- (g) falta de pagamento, de qualquer dívida financeira de valor unitário igual ou superior a R\$ 50 milhões, não sanado em até 15 dias contados da respectiva data de vencimento; e
- (h) não cumprimento da legislação socioambiental, incluindo, mas não se limitando a legislação pertinente à Política Nacional do meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, bem como da legislação trabalhista, sem adotar as medidas e ações preventiva ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores.

O saldo devedor de todas debêntures emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 2,3 bilhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. O BNDES está entre as principais instituições financeiras, tendo desembolsado para a Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$ 15,2 milhões, R\$ 82,2 milhões em 2016 e R\$ 81,1 milhões em 2015.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2017 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

Determinados empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por alienação fiduciária dos bens objeto de financiamento, penhor de direitos creditórios, penhor de receitas, penhor de ações de emissão de subsidiárias da Companhia, entre outros.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em relação aos limites de endividamento, a controladora Rumo S.A está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros – limitando indiretamente o nível de endividamento. Os indicadores financeiros consistem em: (i) dívida líquida abrangente consolidada (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos de derivativos)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos). A apuração é trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Rumo S.A.

O *ratio* pactuado é de até 4,3x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,4x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2017. O limite reduz anualmente até atingir 3,0x em 2021 para dívida líquida abrangente/EBITDA e 2,0x para EBITDA/resultado financeiro.

Em relação à distribuição de dividendos adicionais distribuição mínima obrigatória prevista na Lei das Sociedades por Ações, não há uma ressalva se a Companhia estiver adimplente com as obrigações previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Referente à alienação de ativos, a Companhia detém alguns contratos que vedam a alienação de ativos, se não aprovado previamente pelo credor.

Em se tratando da alienação do controle societário, a Companhia possui contratos que vedam a alteração do controle societário, porém trazem a ressalva de alteração do controle societário efetivo, ou seja, se a Rumo permanecer como controladora direta ou indireta da Companhia não será considerando hipótese de vencimento antecipado. Por outro lado, se o controle societário for transferido a terceiros fora do grupo, será caracterizado como Evento de Inadimplemento e o credor poderá vencer o contrato antecipadamente.

Na data deste documento, a Companhia cumpria com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os covenants financeiros descritos no parágrafo acima.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tinha disponível linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES não utilizadas, no montante de R\$ 15,2 milhões (87,1 milhões em 2016). A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2017 x 2016
ATIVO							
Caixa e equivalentes de caixa	153.368	1,30%	242.437	2,48%	25.103	0,38%	-36,74%
Títulos e valores mobiliários	1.590.176	13,47%	430.098	4,41%	174.891	2,65%	269,72%
Contas a receber de clientes	200.900	1,70%	229.782	2,36%	205.365	3,11%	-12,57%
Estoques	34.025	0,29%	53.281	0,55%	56.944	0,86%	-36,14%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.926	0,05%	97.358	1,00%	-	N/A	-93,91%
Outros tributos a recuperar	101.284	0,86%	16.513	0,17%	39.495	0,60%	513,36%
Adiantamento a fornecedores	315.796	2,68%	1.967.818	20,17%	583.605	8,84%	-83,95%
Outros ativos	17.674	0,15%	23.207	0,24%	225.603	3,42%	-23,84%
Ativo circulante	2.419.149	20,50%	3.060.494	31,37%	1.311.006	19,86%	-20,96%
Caixa restrito	95.136	0,81%	87.571	1,33%	79.819	1,21%	8,64%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	175.904	1,49%	264.809	4,01%	255.075	3,86%	-33,57%
Recebíveis de partes relacionadas	1.158.867	9,82%	1.198.758	18,16%	727.678	11,02%	-3,33%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	192.675	1,63%	77.424	1,17%	166.996	2,53%	148,86%
Outros tributos a recuperar	35.466	0,30%	40.398	0,61%	50.020	0,76%	-12,21%
Depósitos judiciais	22.938	0,19%	16.056	0,24%	10.244	0,16%	42,86%
Instrumentos financeiros derivativos	107.440	0,91%	-	N/A	-	N/A	0,00%
Debêntures privadas	663.065	5,62%	595.401	9,02%	515.600	7,81%	11,36%
Adiantamento a fornecedores	2.189.819	18,55%	-	N/A	-	N/A	0,00%
Outros ativos	352	0,00%	1.425	0,02%	1.554	0,02%	-75,30%
Investimentos em coligadas	82.343	0,70%	87.727	1,33%	85.092	1,29%	-6,14%
Imobilizado	4.657.241	39,46%	4.324.271	65,49%	3.397.092	51,45%	7,70%
Intangíveis	1.617	0,01%	2.694	0,04%	2.668	0,04%	-39,98%
Ativo não circulante	9.382.863	79,50%	6.696.534	68,63%	5.291.838	80,14%	40,12%
Total do ativo	11.802.012	100,00%	9.757.028	100,00%	6.602.844	100,00%	20,96%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Ativas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de R\$ 153,4 milhões de caixa e equivalentes de caixa sofreu uma redução de 36,7% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação a R\$ 242,4 milhões em 2016. Tal redução se deve ao efeito líquido da geração de caixa operacional e os saldos das atividades de investimentos e financiamentos.

Títulos e valores mobiliários

O saldo de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 1.590,2 milhões, um aumento de 270% em relação ao saldo de R\$ 430,1 milhões de 2016. A variação reflete as aplicações da sobra de caixa gerada pelo resultado da operação e pelos recursos captados via NCEs.

Contas a receber de clientes

Apesar do maior volume de receita em 2017, o saldo de clientes sofreu redução de 12,6%, de R\$ 229,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 200,9 milhões em 2017, pelo saldo de multas contratuais (de clientes por não desempenharem os volumes contratuais) registrado em 2016, cuja liquidação ocorreu em 2017.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Houve uma redução de 93,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 5,9 milhões, em relação ao saldo de R\$ 97,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido à transferência para o não-circulante.

Outros tributos a recuperar

Apresentam saldo de R\$ 101,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, frente a R\$ 16,5 em 31 de dezembro de 2016. A variação do saldo reflete o registro de créditos tributários sobre compra de insumos e diesel utilizado no transporte.

Adiantamento de fornecedores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo era de R\$ 315,8 milhões frente a R\$ 1.967,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta variação de 83,9% se refere à alocação de parte do saldo de partilha de fretes ao não circulante, de acordo com a expectativa de compensação existente em 31 de dezembro de 2017.

Ativo não circulante

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Totalizaram R\$ 192,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 77,4 milhões em 2016, refletindo a realocada do circulante para o não circulante.

Recebíveis de partes relacionadas

O saldo representado por mútuos com a Rumo Malha Sul não sofreu grandes variações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$ 1.158,9 milhões é apenas 3,3% menor que o saldo de 2016.

Depósitos judiciais

Totalizaram R\$ 22,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 16,1 milhões em 2016, variação de 42,9%, efeito de novos depósitos realizados por conta de processos trabalhistas.

Instrumentos financeiros derivativos

A captação de empréstimos na modalidade NCE, em moeda estrangeira (dólar), fez com que a Companhia contratasse instrumentos derivativos (Swap) de proteção contra o risco cambial. Em 31 de dezembro de 2017 esses instrumentos apresentavam um valor justo de R\$ 107,4 milhões em favor da Companhia. Os instrumentos fazem parte de estrutura de hedge, sendo a variação do valor justo registrada no resultado para anular o efeito de variação cambial gerada pelo saldo de empréstimo protegido.

Debêntures privadas

Debêntures privadas totalizaram R\$ 663,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 595,4 milhões em 2016). A variação de 11,3% reflete o efeito da atualização financeira das debêntures não conversíveis emitidas por sua controladora em 2015.

Adiantamento de fornecedores

O saldo de R\$ 2.189,9 milhões registrado nessa rubrica em 31 de dezembro de 2017 se refere à parcela do saldo de partilha de fretes alocada ao não circulante, de acordo com a expectativa de compensação existente na data do balanço.

Imobilizado

O aumento de 7,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 se comparado a 31 de dezembro de 2016, decorre de R\$ 770,8 milhões de adições, deduzidas de depreciação de R\$ 401,4 milhões e baixas líquidas de R\$ 36,3 milhões.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Ativas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Houve um aumento de 865,8% em caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$ 242,4 milhões e R\$ 25,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete a sobra de caixa gerado e mantido na Companhia a partir do aumento de capital na controladora Rumo ocorrido no 2T16 e ações do reperfilamento das dívidas.

Títulos e valores mobiliários

Houve um aumento de 145,9% em títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$ 430,1 milhões e R\$ 174,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete às aplicações de recursos gerados e mantidos na Companhia em virtude da sobra de caixa decorrente do aumento de capital na controladora Rumo, ocorrido no 2T16.

Contas a receber de clientes

Houve um aumento de 11,9% em contas a receber de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$ 229,8 milhões e R\$ 205,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete principalmente aos valores de “take-or-pay” a receber de clientes por não desempenharem os volumes contratuais.

Adiantamento de fornecedores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$ 1.967,8 milhões frente a R\$ 583,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esta variação de 237,2% reflete um volume maior de antecipação de partilha de fretes que serão pagos pela Companhia para a Malha Paulista.

Ativo não circulante

Recebíveis de partes relacionadas

Houve um aumento de 64,74% em recebíveis de partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$ 1.198,8 milhões e R\$ 727,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esta variação é reflexo do fluxo de recursos entre as empresas, permanecendo em 2016 somente o saldo a receber da Malha Paulista, no valor de R\$ 1198,8 milhões.

Depósitos judiciais

Totalizaram R\$ 16,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 10,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, variação de 56,7%. A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete o efeito dos depósitos realizados por conta de processos trabalhistas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures privadas

Debêntures privadas totalizaram R\$ 595,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 515,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete o efeito da atualização financeira, em R\$ 79,8 milhões das debêntures não conversíveis emitidas por sua controladora em 2015.

Imobilizado

O aumento de 27,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 se comparado a 31 de dezembro de 2015, decorre principalmente de adição de R\$ 1.958,4 milhões - sendo que as principais adições foram de vagões e locomotivas decorrentes do aporte de ativos da Rumo S.A., no valor de R\$ 898,9 milhões, somado à adições de obras em andamento R\$ 447,0 milhões – deduzidas de depreciação de R\$ 397,6 milhões e baixas líquidas de R\$ 18,7 milhões.

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2017 x 2016
PASSIVO							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	679.970	5,76%	577.204	5,92%	711.622	10,78%	17,80%
Arrendamento mercantil	232.669	1,97%	279.961	2,87%	229.162	3,47%	-16,89%
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	81.939	0,69%	78.427	0,80%	68.407	1,04%	4,48%
Instrumentos financeiros derivativos	-	N/A	4.535	0,05%	4.676	0,07%	0,00%
Fornecedores	413.795	3,51%	201.871	2,07%	189.212	2,87%	104,98%
Ordenados e salários a pagar	21.321	0,18%	14.217	0,15%	30.177	0,46%	49,97%
Imposto de renda e contribuição social correntes	119	0,00%	11.422	0,12%	-	N/A	-98,96%
Outros tributos a pagar	7.332	0,06%	5.886	0,06%	9.115	0,14%	24,57%
Dividendos a pagar	19.717	0,17%	47.587	0,49%	2.465	0,04%	-58,57%
Adiantamento de clientes	58.378	0,49%	78.619	0,81%	78.855	1,19%	-25,75%
Receitas diferidas	2.902	0,02%	2.700	0,03%	2.700	0,04%	7,48%
Outros passivos financeiros	37.105	0,31%	15.022	0,15%	21.161	0,32%	147,00%
Outras contas a pagar	26.962	0,23%	43.117	0,44%	50.324	0,76%	-37,47%
Passivo circulante	1.582.209	13,41%	1.360.568	13,94%	1.397.876	21,17%	16,29%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.239.740	52,87%	4.334.781	44,43%	1.961.717	29,71%	43,95%
Arrendamento mercantil	655.579	5,55%	869.942	8,92%	943.307	14,29%	-24,64%
Certificado recebíveis imobiliários - CRI	-	N/A	85.514	0,88%	160.846	2,44%	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	-	N/A	7.768	0,08%	15.605	0,24%	0,00%
Provisão para demandas judiciais	38.842	0,33%	35.276	0,36%	36.816	0,56%	10,11%
Pagáveis a partes relacionadas	-	N/A	-	N/A	10.062	0,15%	0,00%
Receitas diferidas	12.985	0,11%	15.096	0,15%	17.894	0,27%	-13,98%
Outras contas a pagar	45.002	0,38%	61.468	0,63%	19.960	0,30%	-26,79%
Passivo não circulante	6.992.148	59,25%	5.409.845	55,45%	3.166.207	47,95%	29,25%
Total do passivo	8.574.357	72,65%	6.770.413	69,39%	4.564.083	69,12%	26,64%
Patrimônio líquido							
Capital Social	2.461.503	20,86%	2.461.503	25,23%	1.365.607	20,68%	0,00%
Reserva de capital	22.725	0,19%	22.725	0,23%	17.566	0,27%	0,00%
Reserva de lucros	740.315	6,27%	499.215	5,12%	651.978	9,87%	48,30%
Prejuízos acumulados	-	N/A	-	N/A	-	N/A	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	3.112	0,03%	3.172	0,03%	3.610	0,05%	-1,89%
Total do patrimônio líquido	3.227.655	27,35%	2.986.615	30,61%	2.038.761	30,88%	8,07%
Total do passivo e patrimônio líquido	11.802.012	100,00%	9.757.028	100,00%	6.602.844	100,00%	20,96%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Passivas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo aumentaram 17,8%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016 obedecendo a variação das parcelas vincendas no próximo exercício.

Fornecedores

O saldo aumentou 105,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em comparação a 31 de dezembro de 2016, em decorrência principalmente das compras de materiais e serviços, em linha com o nível de atividade da Companhia, muito maior no último trimestre de 2017, frente ao mesmo período de 2016 quando a quebra de safra reduziu drasticamente a demanda por transporte.

Outros passivos financeiros

O nível de atividade citado no tópico anterior também leva a um maior consumo de diesel, elevando em R\$ 22,1 milhões o saldo dessa conta, que registra o risco sacado do fornecedor de combustível.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentaram 44%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016, principalmente em função as novas captações de dívidas na forma de NCEs e Debêntures.

Arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil totalizou R\$ 655,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, e R\$ 869,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. O saldo em 31 de dezembro de 2017 reflete a reclassificação do longo para o curto prazo em função do cronograma de vencimento de tais passivos.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 8% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, quando registrou saldo de R\$ 3.227,7 milhões (R\$ 2.986,6 milhões em 2016), devido à absorção do resultado gerado no exercício, líquido dos dividendos pagos.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Passivas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo reduziram 18,9%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015 em função do reperfilamento das dívidas que alongou o vencimento das dívidas em relação ao período anterior.

Arrendamento mercantil

O arrendamento mercantil de curto prazo aumentou 22,2%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015 em função das transferências das parcelas de longo para curto prazo, atualizadas pelos juros vigentes nos contratos.

Fornecedores

O saldo aumentou 6,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em comparação a 31 de dezembro de 2015, em decorrência principalmente das compras de materiais e serviços, em linha com o plano de investimentos da Companhia.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentaram 29,7%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015, principalmente em função do reperfilamento das dívidas.

Arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil totalizou R\$ 869,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 943,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. O saldo em 31 de dezembro de 2016 reflete a reclassificação do longo para o curto prazo em função do cronograma de vencimento de tais passivos.

Certificado recebíveis imobiliários - CRI

O saldo diminuiu 45,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em comparação a 31 de dezembro de 2015, em decorrência da transferência dos saldos de curto prazo para longo prazo, de forma que hoje em longo prazo restam apenas parcelas a vencer em 2018, no total de R\$ 85,5 milhões.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 46,49% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 se comparado ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2015, decorrente, principalmente, do aumento de capital com aporte de bens realizado no exercício de 2016. O valor do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

patrimônio líquido foi R\$ 2.038 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 2.986,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, que representou 30,6% e 30,9% do total do passivo e patrimônio líquido, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2017 x 2016
Receita operacional líquida	3.372.467	100,00%	2.592.546	100,00%	2.476.105	100,00%	30,08%
Custos dos serviços prestados	-1.967.867	-58,35%	-1.954.934	-75,41%	-1.881.981	-76,01%	0,66%
Lucro bruto	1.404.600	41,65%	637.612	24,59%	594.124	23,99%	120,29%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-52.072	-1,54%	-18.927	-0,73%	-18.770	-0,76%	175,12%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.441	0,28%	-5.790	-0,22%	-50.978	-2,06%	-263,06%
Provisão para impairment	0	0,00%	0	0,00%	0	N/A	0,00%
Despesas operacionais	-42.631	-1,26%	-24.717	-0,95%	-69.748	-2,82%	72,48%
Lucro (prejuízo) antes do resultado da equivalência patrimonial, do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	1.361.969	40,38%	612.895	23,64%	524.376	21,18%	122,22%
Equivalência patrimonial em associadas	3.609	0,11%	8.708	0,34%	7.940	0,32%	-58,56%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	1.365.578	40,49%	621.603	23,98%	532.316	21,50%	119,69%
Resultado financeiro, líquido	-751.679	-22,29%	-492.845	-19,01%	-338.690	-13,68%	52,52%
Lucro (prejuízo)antes do imposto de renda e contribuição social	613.899	18,20%	128.758	4,97%	193.626	7,82%	376,79%
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	-28.440	-0,84%	-29.256	-1,13%	-18.573	-0,75%	-2,79%
Diferidos	-88.905	-2,64%	10.759	0,41%	-5.956	-0,24%	-926,33%
Lucro do exercício	496.554	14,72%	110.261	4,25%	169.097	6,83%	350,34%

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Receita líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 3.372,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.592,5 milhões 2016), registrando um aumento de 30%. Este aumento decorre de aumento de 37,8% no volume, atingindo 31,7 bilhões de TKUs, parcialmente compensado por um mix diferente de produtos com menores tarifas médias, conforme mencionado detalhadamente no tópico 10.1 a.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 1.967,9 milhões comparativamente a R\$ 1.954,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de 1%. Os custos dos serviços prestados representaram 58,3% e 75,4% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. As despesas gerais e administrativas em 2017 foram de R\$ 52,1 milhões versus R\$ 18,9 milhões em 2015, aumento de 175,1% afetados por custos maiores de pessoal, com remuneração variável maior pelos resultados apurados no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 9,4 milhões comparativamente a R\$ 5,8 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 263%. As outras receitas (despesas) operacionais representaram 0,28% e -0,22% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. O grande fator de variação foi o resarcimento de seguro de R\$ 20,7 milhões registrado em 2017, reembolso aos gastos com um incêndio registrado no terminal em 2016.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ 751,7 milhões, comparativamente a R\$ 492,8 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2016, aumento de 52,5 % - reflexo do aumento marginal apresentado no montante da dívida, base para registro de encargos.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

As receitas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os valores correntes e diferidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizou uma despesa de R\$ 117,3 milhões comparativamente a R\$ 18,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, decorrente da variação do resultado tributável entre os exercícios.

Lucro líquido

O lucro do período foi de R\$ 496,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em comparação com lucro líquido de R\$ 110,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de 350,3%.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Receita líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 2.592,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em comparação com R\$ 2.476,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 4,7%. Este leve aumento decorre de aumento de tarifas, parcialmente compensado por menor volume de operações, conforme mencionado detalhadamente no tópico 10.1 a.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 1.954,9 milhões comparativamente a R\$ 1.881,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 3,9%. Os custos dos serviços prestados representaram 75,4% e 76,0% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente. As despesas gerais e administrativas em 2016 foram de R\$ 18,9 milhões versus R\$ 18,8 milhões em 2015, aumento de 0,9%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para fins de análises das variações por natureza, são somados os montantes de custos e despesas. Os principais custos e despesas são (i) depreciação e amortização, totalizaram R\$ 398,2 milhões em 2016 versus R\$ 328,1 milhões em 2015; (ii) despesas com transporte, que totalizaram R\$ 1.261,5 milhões em 2016 versus R\$ 1.318,8 milhões em 2015; e (iii) despesas com pessoal, que totalizou R\$ 116,6 milhões em 2016 versus R\$ 86,6 milhões em 2015.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 5,8 milhões comparativamente a R\$ 50,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 88,7%. As outras receitas (despesas) operacionais representaram 0,23% e 2,06% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente. Esta redução refere-se, principalmente, a constituição de provisões para demandas judiciais, de R\$ 31,7 milhões em 2015, incorridas em menor valor no ano de 2016.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ 492,8 milhões, comparativamente a R\$ 338,7 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2015, aumento de 45,5% - reflexo do aumento marginal apresentado no custo da dívida, para 95% do CDI e do total de dívidas do período.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

As receitas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os valores correntes e diferidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizou uma despesa de R\$ 24,6 milhões comparativamente a R\$ 6,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente da variação do resultado tributável entre os exercícios.

Lucro líquido

O lucro do período foi de R\$ 110,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em comparação com lucro líquido de R\$ 169,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 34,8%.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	2017 x 2016	2016 x 2015
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.233.123	-424.932	573.700	-390,19%	-174,07%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-1.589.914	-790.406	-845.716	101,15%	-6,54%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	267.722	1.432.672	-368.966	-81,31%	-488,29%
Decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	-89.069	217.334	-640.982	-140,98%	-133,91%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	242.437	25.103	666.085	865,77%	-96,23%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	153.368	242.437	25.103	-36,74%	865,77%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais

O principal fator do incremento no caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi o volume de operações, alavancado por uma capacidade maior gerada pelos investimentos recentes e por uma safra normal de grãos em 2017 (fator que havia prejudicado a base comparativa de 2016), o aumento foi parcialmente compensado por variação do adiantamento a fornecedores (R\$ 537,3 milhões no exercício de 2017 (havia sido responsável por R\$ 1.386,5 milhões da geração negativa registrada em 2016).

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos aumentou 101,1%, devido, principalmente, ao investimento realizado em títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.043,9 milhões (R\$ 187,8 milhões em 2016) e em ativos imobilizados, softwares e outros intangíveis, no valor de R\$ 714,6 milhões (R\$ 247,8 milhões em 2016).

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa gerado nas atividades de financiamento em 2017 reflete as captações de R\$ 3.631,4 milhões em novos financiamentos (R\$ 2.823,5 milhões em 2016), seguidas de amortizações de principal de R\$ 2.231,9 milhões (R\$ 1.115,3 milhões em 2016), amortizações de juros de R\$ 830,5 milhões (R\$ 461,6 milhões em 2016), instrumentos financeiros derivativos R\$ 17,8 milhões (R\$ 6,3 milhões em 2016) e pagamento de dividendos R\$ 283,5 milhões (R\$ 777 milhões em 2016).

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O caixa e equivalente de caixa variou de 2016, de R\$ 242,4 milhões, para R\$ 153,4 milhões em 2017 em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Rumo é classificada como títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2016 um saldo final de R\$ 1.590,2 milhões.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 reflete a queda dos volumes transportados, compensado parcialmente pelo aumento das tarifas. Adicionalmente, também contribuíram para a queda o resultado do exercício antes dos impostos, que apresentou uma variação negativa de R\$ 64,9 milhões, assim como da variação apresentada em adiantamento de fornecedores.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa utilizado nas atividades de investimentos reduziu 6,54%, devido, principalmente, ao investimento realizado em ativos imobilizados, softwares e outros intangíveis, saindo de R\$ 165,1 milhões em 2015 para R\$ 247,8 milhões em 2016, líquido das movimentações ocorridas entre partes relacionadas, queda apresentou uma redução, saindo de R\$ 649,0 milhões em 2015 versus R\$ 355,2 milhões em 2016).

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa gerado nas atividades de financiamento reflete as captações de 2016 no montante de R\$ 2.823,6 milhões, líquido das amortizações de principal de R\$ 1.115,3 milhões, amortizações de juros de R\$ 461,6 milhões e também gerado pelo aumento de capital no valor R\$ 203,1 milhões. Esses efeitos se comparam com captações de R\$ 577,3 milhões em 2015 deduzidos de amortizações de principal de R\$ 682,8 milhões e juros de R\$ 229,5 milhões, e pagamentos de dividendos de R\$ 28,0 milhões.

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O caixa e equivalente de caixa variou de 2015, de R\$ 25,1 milhões, para R\$ 242,4 milhões em 2016 em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Rumo é classificada como títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2016 um saldo final de R\$ 430,1 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta pelo (i) transporte ferroviário de produtos agrícolas, produtos industriais e contêineres e (ii) outras receitas que incluem receitas pelo direito de passagem de outras ferrovias e receitas pelo transporte de açúcar por outras ferrovias ou pelo modal rodoviário.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

- ambiente macroeconômico brasileiro;
- aquisições, parcerias e reestruturações societárias;
- demanda por serviços logísticos;
- sazonalidade;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- operações de hedge (conforme apresentadas no item 5.1 deste Formulário de Referência);
- volatilidade dos preços internacionais de petróleo (denominado em dólares) e mudanças correlatas nos preços domésticos de petróleo (denominado em reais), que impactem os resultados de transporte da Companhia;
- crescimento do Produto Interno Bruto no setor do agronegócio brasileiro, o qual pode impactar a demanda pelos serviços da Companhia e, consequentemente, os volumes distribuídos e vendas no Brasil; e
- políticas tarifárias adotadas pelo governo brasileiro e pelos estados nos quais a Companhia opera e, consequentemente, suas obrigações tributárias.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia afirmam que os principais fatores determinantes da variação de nossa receita bruta, em função de sua composição, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, foram a variação nos volumes e/ou tarifas operados.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia podem ser impactados por fatores diversos, tais como: (i) inflação; (ii) preços dos produtos transportados; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A inflação pode impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia uma vez que os custos e despesas operacionais são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, assim como variações no preço do diesel. Geralmente, estes ajustes são parcialmente ou totalmente compensados com reajustes das tarifas cobradas dos clientes da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Até a data deste Formulário de Referência não foi introduzido ou alienado quaisquer segmentos operacionais em nossas atividades.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais na Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e para 31 de dezembro de 2015.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais consolidadas da Companhia e pelas entidades do grupo.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e para 31 de dezembro de 2015.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 15 de março de 2018 sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não contém ressalvas e nem opinião adversa.

O relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 17 de março de 2017 sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não contém ressalvas e nem opinião adversa.

O relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 21 de março de 2016 sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não contém ressalvas e nem opinião adversa.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua.

Os julgamentos, estimativas e premissas significativas utilizados em nossas demonstrações financeiras são:

Ativos Imobilizado e intangível, incluindo ágio: O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados incluem as estimativas das vidas úteis. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis de vida útil definida e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na nota explicativa da demonstração financeira.

Compromissos de arrendamento mercantil. A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) e determina, com base em sua avaliação dos termos e condições dos contratos, se assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, e nestes casos classifica-os como arrendamentos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para demandas judiciais: As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Descrições dos diretores de itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os arrendamentos mercantis operacionais e respectivos ativos e passivos estão evidenciados nas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa 18 – Arrendamento mercantil.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilitam a alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "confirming", "forfaiting" ou risco sacado e estão evidenciadas e discriminadas nas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa 22-Instrumentos financeiros (b) Risco de liquidez

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

As divulgações de compromissos futuros foram divulgadas nas demonstrações financeiras.

iv. contratos de construção não terminada

Item não aplicável.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Item não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

- b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

O plano abaixo refere ao plano da Rumo S.A. consolidado, na qual a Companhia está inserida. Portanto, os valores mencionados referem-se ao total consolidado.

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(1) No ano findo em 31 de dezembro de 2016, o grupo ao qual a Companhia pertence investiu R\$ 2.153 milhões nas seguintes iniciativas: (i) investimentos na malha ferroviária; (ii) melhorias no Porto e nos terminais; (iii) aquisição de novos vagões e locomotivas; e (iv) outras iniciativas. Em 2015, o investimento total foi de R\$ 1.926 milhões.

(2) Conforme divulgado em 4 de maio de 2016 o plano de investimentos do grupo que totaliza, aproximadamente R\$ 9 bilhões para o período compreendido entre 2016 a 2020.

(3) Principais iniciativas do plano de investimentos:

Nos primeiros anos tivemos foco prioritário em aumento de eficiência operacional e redução de custos, através de um plano de substituição e reforma de locomotivas e vagões, bem como recuperação da via permanente. Estas iniciativas levam a diversos benefícios como econômica de diesel e lubrificantes, redução de gastos com manutenção, aumento do nível operacional e redução de acidentes e otimização da circulação de trens.

Além disso, melhorias operacionais proporcionaram otimização de diversos processos para maior eficiência operacional com ganhos de volume e redução de custo.

Neste plano as iniciativas de expansão estão condicionadas ao prazo de amortização dos investimentos ou a extensão do período de concessão da respectiva malha e objetivam o aumento de capacidade bem como o crescimento do volume total transportado.

Os principais projetos são relacionados a ampliação e construção de novos pátios de cruzamento bem como a melhoria de trechos críticos, como por exemplo entre as cidades de Itirapina (SP) e Campinas (SP) de forma a aumentar o tamanho do trem tipo e consequentemente elevar o volume transportado. Além disso, prevê-se também a aquisição de material rodante (locomotivas e vagões) para aumento da frota e a melhoria dos acessos a portos e terminais em Santos (SP), Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC).

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos nos ativos de logística advém de linhas de crédito de bancos comerciais, BNDES e recursos captados no mercado de capitais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a malha ferroviária, a Companhia adquiriu novos materiais rodantes, trilhos e dormentes, bem como realizou investimentos na recuperação de ativos em más condições operacionais, recapacitação de trechos, reformas, melhorias e recuperação de pátios e terminais no interior e nos portos operados pela Companhia a fim de aumentar a produtividade destes.

- c. novos produtos e serviços**

- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Item não aplicável.

- (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Item não aplicável.

- (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

O Grupo divide seus projetos em:

(i) projetos de médio prazo, que incluem (a) substituição ou reforma de locomotivas; (b) substituição ou reforma de vagões; e (c) recuperação da via permanente.

ii) projetos de longo prazo, com previsão de início em 2017 e conclusão até 2019, que incluem (i) construção de novos pátios de cruzamento; (ii) ampliações de pátios; (iii) duplicação de 42 km no trecho Itirapina (SP) a Campinas (SP); (iv) aquisição de novas locomotivas e vagões; e (v) melhorias dos acessos aos portos de Santos (SP), Paranaguá (PR) e São Francisco (SC) e investimentos para aumento da capacidade nos terminais operados, como Rondonópolis (MT).

- (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Item não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, forma relatados anteriormente nesta seção.